

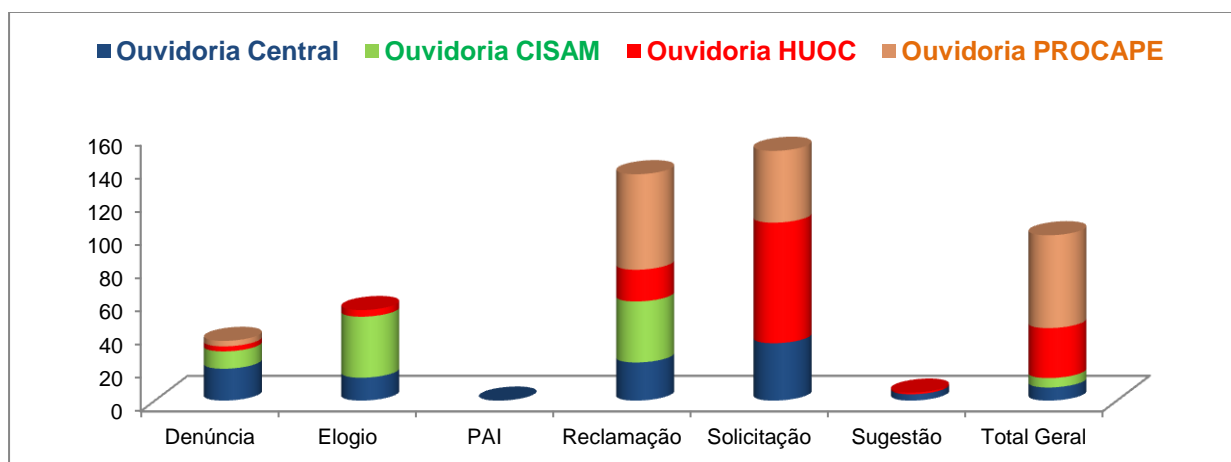
Relatório anual em observância a Lei 16.420/2018, Art. 16, II.

1. Quadro: Demonstrativo Natureza das Manifestações\Agosto2023

Natureza	Denúncia		Elogio		Pedido de Acesso à Informação/ LAI		Reclamação		Solicitação		Sugestão		Total Geral por Ouvidoria	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ouvidoria Central	5	19,2	1	3,8	4	15,3	6	23,0	9	34,6	1	3,8	26	7,9
Ouvidoria CISAM	2	10,5	7	36,8	-	-	7	36,8	3	15,7	-	-	19	5,7
Ouvidoria HUOC	3	3,0	4	4,0	-	-	19	19,1	72	72,3	1	1,0	99	30,1
Ouvidoria PROCAPE	-	-	-	-	-	-	106	57,6	78	46,3	-	-	184	56,0
TOTAL GERAL	10	3,0	12	3,6	4	1,2	138	42,0	162	49,3	2	0,2	328	100

Fonte: Sistema Gcon\Rede Ouvidorias do Estado de Pernambuco\ATI – Quadro Ouvidoria Central

1.1 Gráfico: Demonstrativo Manifestações Agosto\2023



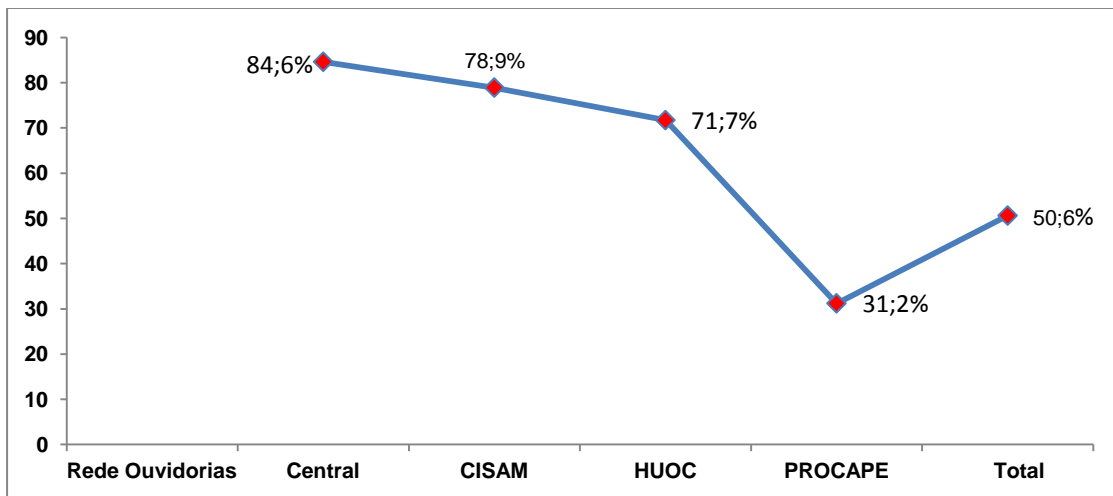
Fonte: Sistema Gcon\Rede de Ouvidorias do Estado de Pernambuco Gráfico Ouvidoria Central UPE

2. Quadro: Demonstrativo da Resolutividade das Manifestações\Agosto 2023

Rede Ouvidorias	Total das Manifestações	Concluídas no Prazo	%
Central	26	22	84,6
CISAM	19	15	78,9
HUOC	99	71	71,7
PROCAPE	184	58	31,2
Total	328	166	50,6

Fonte: Sistema Gcon\Rede Ouvidorias do Estado de Pernambuco\ATI – Quadro Ouvidoria Central UPE

2.2 Gráfico Demonstrativo Resolutividade Agosto\2023



2.1 Fonte: Sistema Gcon \Rede de Ouvidorias do Estado de Pernambuco Gráfico Ouvidoria Central UPE

Manifestações Recorrentes e Pedidos de Acesso à Informação\PAI

Agosto\2023

Ouvidoria	Assunto	Teor	Providências\Encaminhamentos	Obs
	Pedido de Acesso à Informação\PAI	Questionário Pesquisa	Autoridade Administrativa	Reincidentes
		Docentes Contrato Temporário Cedidos Substitutos		
		Quantitativos Alunos Docentes e Servidores		
	Denúncia	Docente	Coordenação Graduação	Reincidentes
		Infra estrutura Campus e Docente	Gestor Campus	

Ouvidoria Central UPE		PREVUPE	Pró Reitoria de Extensão	
	Elogio	Atendimento ao público	Coordenação RH	
	Reclamação	Certificado	Pró Reitoria de Graduação	
		Marcação de Consulta	Ouvidoria CISAM	
		Infra estrutura Campus e Docente	Gestor Campus	
		PREVUPE	Pró Reitoria de Extensão	
		Declaração	Gestor Campus	
	Solicitação	Emissão de Certificados e Diplomas; Cópia Estatuto; Perícia Médica; Aposentadoria; Certame Escola Aplicação\Recife; Sistemas de Cotas; Bônus de 10%; Retorno parecer Denúncia Assédio	Diversos Setores e Unidades	
CISAM	Denúncia	Conduta Inadequada no Ambiente de Trabalho Pro.	Diretoria	Reincidente
		Procedimento inadequado na Realização de RX pelo Profissional Responsável.		
	Elogio	Agradecimento e Satisfação ao Atendimento	Setor: NUTES; Ambulatório da Mulher; ;Laboratório	
	Reclamação	Forma de Abordagem a Paciente	Setor Divisão Administrativa	Reincidente
		Dificuldade de Marcação de Consulta	Diretoria	
		Demora Atendimento e Procedimento Gestante	Diretoria	
		Qualidade Alimentos Servidos Refeições.	Setor de Nutrição	
Solicitação	Conduta Inadequada no Ambiente de Trabalho	Setor CCOB		
Solicitação	Dificuldade de Marcação de Consulta; Dificuldade de Acesso ao Link Tele consulta	Setor: Marcação de Consultas e NUTES	Reincidente	
	Denúncia	Assédio Profissional Contrato Determinado;	Gestão Executiva	
		Infraestrutura Banheiros	Gestão Executiva	
		Negligência Cirurgia	Superintendência Médica	
	Elogio	Médica e Equipe CEON	Setor: CEON	
			Setor: Unidade de Tratamento de	

HUOC		Médicos UTF	Fígado	
		Equipe Laboratório	Setor Laboratório	
	Reclamação	Dificuldade de Realizar Exame de Imagem	Setor Tomografia	
		Atendimento Vigilância	Setor Marcação de Consultas	
		Mau Atendimento Nutrição	Setor Nutrição	
		Higienização Enfermarias	Setor Limpeza	
		Administração Medicação	Coordenação de Enfermagem	
		Higienização Ambulatório Geral	Setor Ambulatório Geral	
		Negligência Enfermagem Pavilhão	Coordenação de Enfermagem	
		Não Comparecimento Médico para realização Exames	Setor Endoscopia	
		Administração de Medicamentos	Setor Radioterapia	
		Consultas não Realizada	Diversos Setores	
		Demora Integra resultado Exames	Setor CIAP	
		Mau atendimento Paciente	Setor de Admissão e Alta	
		Mau Atendimento Paciente	Setor DIP Infantil	
Licitação	Superintendência Financeira			
HUOC	Solicitação	Dificuldades em Renovar Receitas Médicas; Dificuldades em Agendar e Remarcar Consultas Médicas; Dificuldades em Agendar Cirurgias e diversos Procedimentos; Cirurgias e Procedimentos Agendados e não Realizados; Dificuldades em Receber Medicação Farmácia; Demora na Entrega de Exames Diversos;	Diversos Setores	Reincidentes
		Marcação Consultas	Setor Marcação de Consultas	
		Revisão e Avaliação	Setor Marcação de Exames	

PROCAPE	Reclamação	Marca Passos		Reincidentes
		Retorno Consultas	Setor Marcação de Consultas	
		Dificuldades de Marcar Exames e Diversos Procedimentos	Setor Marcação de Consultas	
		Solicitação Troca de Médicos	Setor Ambulatório	
		Dificuldades em Coleta de Sangue	Setor Laboratório	
	Solicitação	Dificuldades de: Marcação, Remarcação, Retorno e Primeira Consulta; Dificuldades de Agendar Diversos Exames e Procedimentos; Dificuldades de Renovação de Receitas; Dificuldades de Emissão de Pareceres Cardiológicos; Dificuldades de Realização Avaliação e Revisão de Marca Passos; Dificuldade de Agendar Exames Laboratoriais e de Imagem.	Diversos Setores\Reincidentes	Reincidentes

A Ouvidoria Central recebeu demandas direcionadas a todo o Campus Acadêmico e Complexo Hospitalar, como também direcionadas às Pró-Reitorias, Coordenadorias, IAUPE. Demandas de Natureza: Denúncia, Elogio, Reclamação, Solicitação e Sugestão.

4. Quadro das Legislações Vigentes

Legislação	Vigência	Regula	Obs:
Decreto Estadual 32.476/2008	14\10\2008	Dispõe sobre a criação da Ouvidoria Geral do Estado, e dá outras providências.	
Lei Federal Número 12.527/11	18\11\2011	Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º , no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal .	
DECRETO Nº 7.724	16/05/2012	Regulamenta a Lei nº 12.527 , de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.	
Lei Estadual Número 14.804/12	29\10\2012	Fica garantido o direito fundamental de acesso às informações, no âmbito do Poder Executivo Estadual, consoante normas gerais disciplinadas na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.	

Decreto Estadual Número 38.787\12	30\10\2012	Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Estadual, os procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informações sob-restrição de acesso, observados grau e prazo de sigilo, conforme o disposto na Lei no 14.804, de 29 de outubro de 2012, que regula o acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do caput do artigo 50, no inciso II do § 30 do artigo 37 e no § 20 do artigo 216, todos da Constituição Federal.	
Lei Federal Número 13.460\12	26\06\2012	Dispõe sobre participação, proteção e defasados direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.	Capítulo 4 das Ouvidorias
Portaria 060\16	30/11/2016	<p>I – responder as manifestações a eles direcionadas em até 12 (doze) dias;</p> <p>II – retornar as manifestações à Ouvidoria em até 2 (dois) dias, quando as mesmas não forem da sua competência, indicando, caso seja do seu conhecimento, o setor ou órgão competente;</p>	
Lei Federal Número 13.709\18	14\08\2018	Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet).	O artigo 4º é de suma importância no que toca ao tratamento de dados realizado pela Administração Pública, especialmente no que diz respeito ao seu inciso III, visto que afasta a incidência da LGPD quando o tratamento de dados pessoais for realizado para fins exclusivos de: <ul style="list-style-type: none"> a) Segurança pública; b) Defesa nacional; c) Segurança do Estado ou d) Atividades de investigação e

			expressão e infrações penais.
Lei Estadual Número 16.420\18	17\09\2018	Esta Lei estabelece normas básicas para participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente pela administração pública estadual.	Capítulo 5 das Ouvidorias
Resolução Anonimato número 3	13/09/2019	Aprova a Resolução sobre medidas gerais de salvaguarda à identidade do denunciante	
DECRETO FEDERAL NÚMERO 10.474\20	26\08\2020	Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, na forma dos Anexos I e II.	
DECRETO ESTADUAL Nº 49.265\20	06\08\2020	Institui a Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais do Poder Executivo Estadual em consonância com a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).	
PORTARIA ESTADUAL NÚMERO 032\20 SECRETARIA DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO PE	02\09\2020	Dispõe sobre o Pedido Sigiloso de Acesso à Informação.	
PORTARIA ESTADUAL NÚMERO 033\21 SECRETARIA DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO PE	11\07\2021	Procedimentos e modelos, de forma a padronizar o cumprimento do disposto Capítulo IV, do Decreto nº 49.265, de 06 de agosto de 2020, bem como a apuração de indicadores de atendimento de que trata a Portaria SCGE nº 01, de 05 de janeiro de 2021,	
PORTARIA NÚMERO 003/2022	04/02/2022	Estabelece procedimentos e orientações para o exercício das atividades desenvolvidas pelas Ouvidorias integrantes da Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual de que se trata o artigo 12 da Lei 16420, de 17 de setembro de 2018.	
Lei I Nº 17.687, de 4 de março 2022.	04/03/2022	Dispõe sobre a divulgação de informações individualizadas relativas a viagens aéreas custeadas por órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de Pernambuco.	
Lei Estadual 13.314	15\10\2007	Dispõe sobre o Assédio Moral no âmbito da Administração Direta e indireta e Fundações Públicas	

Decreto Nº 30.948	26/10/2007	Regulamenta a Lei 13.314 de 15 de outubro de 2007, que dispõe sobre o Assédio Moral no âmbito da Administração Direta e indireta e Fundações Públicas.	
Decreto Governamental Nº 50.306	19\02 \2021	Regulamentam dispositivos da Lei nº 12.837 de 17 de junho, que dispõe sobre a divulgação de informações sobre a execução de obras públicas de construção, reforma e ampliação de prédios e espaços públicos;	
Lei nº 17.078	8/10/2020	Define normas de transparência na gestão de recursos públicos, no âmbito do Estado de Pernambuco.	
Decreto Estadual nº 47.087	01/02/2019	Devem apoiar a autoridade de monitoramento nas ações necessárias para a atualização das Páginas de Acesso à Informação dos seus respectivos órgãos e entidades.	
Resolução TC Nº 159	15/10/2021	Dispõe sobre a criação e regulamentação de Ouvidorias no âmbito dos Municípios do Estado de Pernambuco.	
Portaria da Secretaria da Controladoria Geral do Estado de Pernambuco\SCGE, nº 27	22/06/ 2022	Consideram as disposições do Decreto nº 38.787 de 30/10/2012	
Lei 12.387	17/06/2003	Dispõe sobre normas à divulgação de informações sobre a execução de obras públicas de construção, reforma e ampliação de prédios públicos no âmbito da administração estadual.	

Informa-se que na página institucional da UPE\Ouvidoria, encontra-se um link direcionado a Ouvidoria Geral do Estado para as consultas e consultas das legislações.

Maria do Rosário Lapenda

Ouvidor a Central e Monitoramento da Lei de Acesso à Informação\LAI AGOSTO 30 /2023.

Protocolos não respondidos de Pedidos de Acesso à Informação\PAI e Manifestação:

1. Número Protocolo: 202320961

"Em relação ao programa da Pós graduação de Engenharia da computação (PPGEC) da Escola Politécnica da UPE

Solicito cópia das atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do colegiado de professores do mestrado e doutorado em sua transcrição completa e a lista de presença dos membros.

2. Número Protocolo: 202326557

Entre Janeiro de 2019 até dezembro de 2022

PAI- Pedido de Acesso à Informação recebido pela OGE:

"Em relação ao programa de pós-graduação em engenharia da computação (PPGEC) da Escola Politécnica (Poli), solicito:

Ultimas três prestações de contas financeiras

3. Número Protocolo: 202342178

Nomes e quantidade de professores CEDIDOS de outras carreiras/secretarias, como da Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco, e que se encontram alocados como docentes na Escola Politécnica de Pernambuco da UPE, bem como as respectivas PORTARIAS e/ou PROCESSO SELETIVO que balizaram esse processo de transferência.

4. Número Protocolo: 202347963

Não Cumprimento Carga Horária

5. Número Protocolo: 202371069

Descumprimento do |Papel Acadêmico